



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO
COMARCA DE SÃO CARLOS
FORO DE SÃO CARLOS
5ª VARA CÍVEL
RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970
Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

SENTENÇA

Processo Físico nº: **0008050-59.2006.8.26.0566**
 Classe – Assunto: **Outros Feitos Não Especificados - Assunto Principal do Processo << Nenhuma informação disponível >>**
 Requerente: **Neide Campaneri Romano**
 Requerido: **Cosesp Companhia de Seguros do Estado de Sao Paulo**

Juiz(a) de Direito: Dr(a). **Vilson Palaro Júnior**

Vistos.

NEIDE CAMPANERI ROMANO, qualificado(s) na inicial, ajuizou(aram) ação de Outros Feitos Não Especificados em face de Cosesp Companhia de Seguros do Estado de Sao Paulo, também qualificada, na qual a ré se viu condenada a pagar à autora a importância de R\$ 160.993,75 com os acréscimos de correção monetária pelo índice do INPC, a contar de dezembro de 2004, como ainda juros de mora de 1,0% ao mês, a contar da citação, decisão que, confirmada em grau de apelação e transitada em julgado, foi liquidada pela credora em R\$ 522.615,75 em outubro de 2013, conta da qual a ré/devedora foi intimada para pagamento na forma do art. 475-J, do Código de Processo Civil.

A ré/executada realizou o depósito em garantia no valor de R\$ 547.264,76 em 10 de março de 2014, oferecendo impugnação na qual sustentou houvesse excesso de execução na medida em que o valor correto da dívida atualizada nos termos do título judicial seria de R\$ 495.430,95, atento a que a credora estaria se utilizando de percentual de 87% de juros de mora quando o correto seria de 85%, aduzindo que em relação à obrigação de pagar os honorários advocatícios os juros de mora devam correr a partir da publicação da sentença em 21 de fevereiro de 2014.

Referida impugnação foi rejeitada em sua quase totalidade, acolhida apenas para o fim de afastar o percentual de 1% (um por cento) dos juros de mora aplicados pela credora/impugnada, na medida em que, elaborada a conta em outubro de 2013, os juros de mora deveriam incidir pelo período de sete (07) anos e dois (02) meses, ou seja, 86 meses, e não 87 como constou da conta de liquidação.

Essa decisão condenou a executada/impugnante, ora excipiente, ao pagamento das despesas processuais e honorários advocatícios, arbitrados em 10% do valor da dívida executada, atualizada, deferindo-se em favor da credora, ora excepta, o imediato levantamento do valor incontroverso de R\$ 495.430,95 até que adequada a conta de liquidação.

À referida decisão a executada, ora excipiente, opôs embargos de declaração visando discutir a condenação na sucumbência, não sendo os embargos conhecidos na medida em que suficientemente fundamentada a decisão em relação àquela questão.

A executada, ora excipiente, interpôs recurso e agravo de instrumento, ao qual negado provimento para manutenção da sucumbência conforme fixado por este Juízo, além do que reconheceu que a executada, ora excipiente, litigava de má-fé, aplicando-lhe multa de 1% do valor da causa.

A credora então apresentou conta de liquidação no valor de R\$ 60.692,09 em janeiro de 2015, da qual, intimada a executada, opôs exceção de pré-executividade, alegando que



TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO

COMARCA DE SÃO CARLOS

FORO DE SÃO CARLOS

5ª VARA CÍVEL

RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970

Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min

intimada para pagamento do valor do título judicial após sua liquidação, pagou-o, de modo a tornar indevida a inclusão da multa a que se refere o art. 475-J, do Código de Processo Civil, pela credora, bem como indevida a inclusão dos honorários advocatícios, a propósito da Súmula nº 517 do Superior Tribunal de Justiça, e porque no caso destes autos teria havido acolhimento parcial da impugnação oposta por ela, executada, não poderia o Juízo ter condenado a ela, impugnante, a pagar a sucumbência, por contrariar a Súmula nº 519 do mesmo Superior Tribunal de Justiça, de modo que requereu o acolhimento da presente exceção para o fim de que sejam excluídos os valores mencionados.

A credora/exequente/excepta respondeu sustentando se tratar de expediente protelatório, mencionando a condenação já sofrida pelo executado/excipiente por litigância de má-fé, ao temo que requereu a rejeição da exceção e apresentou conta de liquidação da dívida no valor de R\$ 519.821,10.

É o relatório.

Decido.

O pagamento feito pela executada, ora excipiente, não foi suficiente para quitação da dívida, que embora liquidada equivocadamente pela credora, ora excepta, teria que sofrer uma dedução de meros 1% de juros.

A conta, refeita pela credora/excepta e já deduzido o depósito realizado pela executada/excipiente, no valor de R\$ 547.264,76 em 10 de março de 2014, resultou num saldo de R\$ 60.692,09, em janeiro de 2015 (*vide conta de fls. 560*).

Logo, a aplicação da multa de 10% prevista no art. 475-J do Código de Processo Civil é perfeitamente admissível, sobre esse saldo de R\$ 60.692,09.

Mas o que mais importa considerar é que a credora não aplicou essa multa de 10%, conforme pode ser conferido na conta de fls. 560 para chegar ao saldo de R\$ 60.692,09.

Logo, o argumento da executada/excipiente é não apenas improcedente, mas eivado de caráter protelatório e busca alterar a verdade dos fatos, opondo-se maliciosamente à execução, de modo a configurar a condutas descritas no inciso II do art. 600, do Código de Processo Civil.

Mas não é só, pois a executada/excipiente ainda vem a opor resistência injustificada ao andamento do processo ao trazer à discussão, pela terceira (3ª) vez, a mesma questão já decidida por este Juízo e confirmada pelo Tribunal de Justiça do Estado de São Paulo, referente à sua condenação ao pagamento de honorários advocatícios contida na sentença que julgou a impugnação que ela, executada, havia oposto anteriormente.

Com o devido respeito, a decisão não somente foi confirmada pelo Juízo *ad quem*, como já transitou em julgado há tempo, de modo que fica aqui também configurada a conduta descrita no inciso II do art. 600, do Código de Processo Civil.

A exceção de pré-executividade é, portanto, improcedente, não obstante o que fica reconhecida a prática de ato atentatório à dignidade da Justiça, em consequência do que aplico à executada/excipiente multa de valor equivalente a vinte por cento (20%) do valor da dívida executada, atualizada, ficando facultado à executada/excipiente lançar mão do benefício regulado pelo parágrafo único do art. 600 do Código de Processo Civil, observada a condição lá imposta.

Isto posto, JULGO IMPROCEDENTE a presente impugnação oposta por Cosesp Companhia de Seguros do Estado de São Paulo contra NEIDE CAMPANERI ROMANO, e com base no art. 600, II, do Código de Processo Civil, CONDENO o(a) devedor(a)/excipiente Cosesp Companhia de Seguros do Estado de São Paulo pela prática de ato atentatório à dignidade da

**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO****COMARCA DE SÃO CARLOS****FORO DE SÃO CARLOS****5ª VARA CÍVEL****RUA SOURBONE, 375, São Carlos-SP - CEP 13560-970****Horário de Atendimento ao Público: das 12h30min às 19h00min**

Justiça à multa de valor equivalente a vinte por cento (20%) do valor da dívida executada, atualizada, facultado o benefício regulado pelo parágrafo único do art. 600 do Código de Processo Civil, observada a condição lá imposta, na forma e condições acima.

Sem prejuízo, e visando a celeridade processual, determino seja tente-se penhora pelo sistema *BacenJud* no valor de R\$ 60.692,09, com os acréscimos legais contados de janeiro de 2015.

P. R. I.

São Carlos, 26 de maio de 2015.

VILSON PALARO JÚNIOR

Juiz de direito.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**